quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais dos eventos desportivos objeto deste contrato.

3 — Caso as participações financeiras concedidas pelo 1.º outorgante não tenham sido aplicadas na competente realização dos eventos desportivos, o 2.º outorgante obriga-se a restituir ao 1.º outorgante os montantes não aplicados e já recebidos.

4 — As participações financeiras concedidas ao 2.º outorgante pelo 1.º outorgante ao abrigo de outros contratos-programa celebrados em 2014 ou em anos anteriores, que não tenham sido total ou parcialmente aplicadas na execução dos respetivos Programas de Atividades, são por esta restituídas ao 1.º outorgante, podendo este Instituto, no âmbito do presente contrato-programa, acionar o disposto no n.º 2 do artigo 30.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 7.ª

Combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo

O não cumprimento pelo 2.º outorgante do princípio da igualdade de oportunidades e da igualdade de tratamento entre homens e mulheres, das determinações da Autoridade Antidopagem de Portugal (ADoP) e do Conselho Nacional do Desporto, e de um modo geral, da legislação relativa ao combate às manifestações de violência associadas ao desporto, à dopagem, à corrupção, ao racismo, à xenofobia e a todas as formas de discriminação, entre as quais as baseadas no sexo, implica a suspensão e, se necessário, o cancelamento das participações financeiras concedidas pelo 1.º outorgante.

Cláusula 8.ª

Tutela inspetiva do Estado

Compete ao 1.º outorgante, fiscalizar a execução do contrato-programa, podendo realizar, para o efeito, inspeções, inquéritos e sindicâncias, ou determinar a realização de uma auditoria por entidade externa.

Cláusula 9.ª

Revisão do contrato

O presente contrato-programa pode ser modificado ou revisto por livre acordo das partes e em conformidade com o estabelecido no artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula 10.ª

Vigência do contrato

Salvaguardando o disposto na cláusula 2.ª e sem prejuízo da satisfação das obrigações contratuais estabelecidas na cláusula 5.ª supra, a produção de efeitos do presente contrato retroage à data de início da execução do programa e termina em 31 de dezembro de 2017.

Cláusula 11.ª

Disposições finais

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro, este contrato-programa é publicado na 2.ª série do *Diário da República*.

2 — Os litígios emergentes da execução do presente contrato-programa são submetidos a arbitragem nos termos da lei.

3 — Da decisão cabe recurso nos termos da lei.

Assinado em Lisboa, em 3 de agosto de 2017, em dois exemplares de igual valor.

3 de agosto de 2017. — O Presidente do Conselho Diretivo do Instituto Português do Desporto e Juventude, I. P., *Augusto Fontes Baganha*. — A Presidente da Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, F. C. R. L., *Julieta Esteves Branco Sanches de Almeida Vasconcelos*. — O Vice-Presidente da Federação Nacional de Cooperativas de Solidariedade Social, F. C. R. L., *Rogério Manuel Dias Caçõa*.

310734974

SAÚDE

Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P.

Aviso (extrato) n.º 10339/2017

Por despacho de 22 de junho de 2017 do Presidente do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., Dr. Paulo

José Dias Morgado, e nos termos do disposto no artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 177/2009, de 4 de agosto em conjugação com o previsto no artigo 45.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovado e em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, foi homologada a avaliação final e por conseguinte concluiu com sucesso o período experimental realizado na sequência da celebração de contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado com esta Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., procedente de procedimento concursal, para o desempenho de funções com a categoria de Enfermeira, no âmbito dos postos de trabalho previstos no Mapa de pessoal Centro de Medicina Física e de Reabilitação do Sul.

Nome	Avaliação Final
Rita Alexandra Sousa Ribeiro Abreu	16,00 Valores

O tempo de duração do período experimental é contado para efeitos da atual carreira e categoria.

7 de agosto de 2017. — A Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., *Josélia Maria Gomes Mestre Gonçalves*.

310714391

Deliberação (extrato) n.º 816/2017

Nomeação da Coordenadora do Internato Médico de Medicina Geral e Familiar do Algarve

Atendendo a que o Dr. João Paulo Pestana Fragoso de Almeida, Assistente Graduado Sênior da especialidade de Medicina Geral e Familiar do mapa de pessoal do ACES Sotavento, solicitou a renúncia ao cargo de Coordenador do Internato Médico de Medicina Geral e Familiar, designado por deliberação do Conselho Diretivo de 28.04.2016, o Conselho Diretivo, deliberou em 07.07.2017, aceitar o pedido de renúncia e nos termos do Decreto-Lei n.º 86/2015, de 21 de maio e da Portaria n.º 244-B/2015, de 29 de julho, nomear a Dr.ª Maria Gonzalez Mora, Assistente Graduada da especialidade de Medicina Geral e Familiar do mapa de pessoal do ACES Sotavento, por demonstrar reunir o perfil e as condições necessárias para o desempenho destas funções, produzindo efeitos à data da deliberação e por um período de 3 anos.

Nota curricular

Dr.ª María González Mora

Data de Nascimento: 20 de setembro de 1972, em Huelva (Espanha)

Médica, licenciada pela Faculdade de Medicina de Sevilha (Espanha), em 1999.

Internato Complementar de Medicina Geral e Familiar, na ARS Algarve, tendo obtido o grau de Especialista em Medicina Geral e Familiar em 2005, por provas públicas.

Grau de Consultor da Carreira Médica de Clínica Geral/Medicina Familiar, obtido por provas públicas, concurso 2012.

Assistente Graduado de Medicina Geral e Familiar, USF Esteveva — ARS Algarve, ACES Algarve III — Sotavento

Curso de Mestrado em Acupuntura pela Faculdade de Medicina de Sevilha em 1998 e 1999.

Curso de Mestrado em Medicina Tropical em Barcelona em 2009-2010

III Curso de Especialização em Medicina de Urgências SAMU, 2010

Atividade Académica e de Formação: Professora Auxiliar Convidada do MIM UAlg 2010-2016

Orientadora de Formação do Internato Complementar da especialidade de Medicina Geral e Familiar, na Coordenação do Internato de MGF do Algarve 2008-2017

Formadora Cursos EURACT (Nível 3) desde 2014

Diretora de Internato Complementar MGF 2016-2017

Sociedades Científicas: Membro da Associação Portuguesa de Medicina Geral e Familiar

Membro da USF-AN

Atividade Profissional:

Médico nos Centros de Saúde de Alcoutim, Olhão e VRSA desde 2000.

Coordenadora da UCSP Real Clinic, Vila Real de Santo António, de 2014 a 2015.

Coordenadora da USF Esteveva, Vila Real de Santo António desde setembro de 2015

Participação Cooperação Internacional

Médica voluntária na AMI (Assistência Médica Internacional) com participação em projetos de Cooperação internacional no desenvolvimento (Angola 2007) e na emergência médica (Indonésia, 2009 e Haiti, 2011)

7 de agosto de 2017. — A Vogal do Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., *Josélia Maria Gomes Mestre Gonçalves*.

310714431

Deliberação (extrato) n.º 817/2017

Nos termos do previsto no artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 28/2008, de 22 de fevereiro, na última redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 137/2013, de 7 de outubro, e sob proposta do Presidente do Conselho Clínico e da Saúde, o Conselho Diretivo da Administração Regional de Saúde do Algarve, I. P., em reunião datada de 26.07.2017, deliberou designar os profissionais abaixo identificados na qualidade de Vogais do Conselho Clínico e de Saúde do Agrupamento de Centros de Saúde do Algarve II — Barlavento, atendendo a que detêm o perfil e as qualificações adequadas ao exercício das funções inerentes ao cargo, conforme notas curriculares, com efeitos a 27 de julho de 2017:

Dra. Ana Cristina Martins Borges Costa da Fonseca, Médica Especialista de Saúde Pública, habilitada com o Grau de Consultor;

Enfermeiro António Manuel Delgado Vila Nova, habilitado com o título de especialista em Saúde Comunitária;

Dra. Dulce Nunes Pedro Teixeira Vaz Moreno, Técnica Superior de Serviço Social

Nota curricular

Ana Cristina Martins Borges Costa da Fonseca
Atividade profissional recente

- 2012-2017 — Delegada de Saúde no ACES Barlavento;
- 2013-2017 — Vogal do Conselho Clínico e de Saúde do ACES Barlavento;
- 2013-2017 — Presidente da Comissão de Qualidade e Segurança do Doente do ACES Barlavento;
- 2014-2017 — Coordenadora do Internato Médico de Saúde Pública do Algarve;
- 2006-2012 — Chefe de Divisão de Segurança do Doente na Direção-Geral da Saúde desenvolveu as seguintes atividades:
- 2006-2012 — Coordenou a elaboração e divulgação de Normas e Orientações nacionais no âmbito da Segurança do Doente;
- 2004-2012 — Representou Portugal a nível do European Centre for Diseases Prevention and Control (ECDC) nas áreas da prevenção e controlo das Infecções Associadas aos Cuidados de Saúde e das Resistências aos Antimicrobianos;
- 2007-2009 — Integrou a Comissão Técnica para a Prevenção das Resistências aos Antimicrobianos;
- 2007-2012 — Representou Portugal no projeto Clean Care is Safer Care da World Alliance for Patient Safety, da Organização Mundial da Saúde;
- 2007-2012 — Representou Portugal no projeto HALT no âmbito da vigilância das infeções associadas aos cuidados de saúde e das resistências aos antimicrobianos em unidades de cuidados continuados do ECDC;
- 2007-2010 — Representou Portugal no projeto da União Europeia EuNetpaS, no âmbito da segurança do doente;
- 2008-2012 — Coordenou a Campanha Nacional de Higiene das Mãos da DGS;
- 2009-2012 — Representou Portugal no projeto Safe Surgery Saves Lives da World Alliance for Patient Safety, da Organização Mundial da Saúde;
- 2009-2012 — Representou Portugal no projeto LINNEAUS EURO-PC (Learning from International Networks about Errors and Understanding Safety in Primary Care) da União Europeia;
- 2009-2012 — Coordenou a implementação nacional do projeto e-bug, do ECDC, que cria um recurso educativo, destinado a sensibilizar jovens escolares para a prevenção de doenças transmissíveis e uso prudente dos antibióticos;
- 2009 — Representou Portugal no projeto TRICE — Training in Infection Control in Europe, no âmbito da construção de um core curriculum europeu para os profissionais de controlo de infeção do ECDC;
- 2009-2012 — Coordenou a conceção do Sistema de Notificação de Incidentes e Eventos Adversos para a Segurança do Doente e do Observatório de Segurança do Doente;
- 2010-2012 — Representou Portugal no projeto “Prevention of Hospital Infections by Intervention and Training” (PROHIBIT), que visa a análise da implementação das medidas de controlo de infeção baseadas na evidência e o seu efeito nos outcomes entre os hospitais Europeus do ECDC;

2011-2016 — Participou em grupos de trabalho no âmbito do Plano Estratégico dos Resíduos Hospitalares.

Formação académica

- 1981 — Licenciatura em Medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Lisboa;
- 1985 — 1988 — Internato Complementar de Saúde Pública;
- 1988 — Assistente de Saúde Pública;
- 1992 — Pós-graduação em Medicina do Trabalho;
- 1992 — Especialista em Saúde Pública (Ordem dos Médicos);
- 1996 — Consultora/assistente graduada de saúde pública;
- 1998 — Pós-graduação em Saúde Internacional (Instituto de Higiene e Medicina Tropical);
- 2000 — Especialista em Saúde Ocupacional (Ordem dos Médicos);
- 2007 — Pós-Graduação em Infeção Relacionada com os Cuidados de Saúde;
- 2011 — Assistente Graduada Sénior de Saúde Pública.

Outras habilitações relevantes

- 2000 — Curso de Formação Pedagógica de Formadores (RHS);
- 2005 — Curso de Gestão do Programa Global de Controlo de Infeção (PNCI);
- 2006 — Curso de Esterilização (ANES);
- 2008 — Intensive Course on International Trends in Clinical Quality, Risk Management and Patient Safety: Proven Strategies. Harvard Medical School/ENSP;
- 2008 — Programa de Formação em Gestão Pública — FORGEP (INA)

Atividade profissional passada relevante

- 1990-2004 — Chefia do Serviço de Saúde Pública do Centro de Saúde do Bonfim-Setúbal;
- 1990-2004 — Chefia do Serviço de Planeamento e Controlo do Centro de Saúde do Bonfim-Setúbal;
- 1991-1996 — Integrou a Equipa do Centro de Atendimento a Toxicodependentes de Setúbal;
- 1991-2004 — Coordenadora do Setor de Saúde Ocupacional do celho de Setúbal;
- 1996-2004 — Coordenadora da Comissão de Controlo de Infeção da Sub-Região de Saúde de Setúbal;
- 1996-2004 — Coordenadora do Programa de Saúde Ocupacional da Sub-Região de Saúde de Setúbal;
- 1990-2004 — Orientadora de formação do Internato Complementar de Saúde Pública;
- 1990-2004 — Orientadora de formação do Internato Geral;
- 2004-2010 — Coordenadora do Programa Nacional de Prevenção e Controlo da Infeção Associada aos Cuidados de Saúde.

Atividade académica

- 2006-2010 — Docente convidada na Universidade Católica no âmbito do Curso de Formação Avançada em Infeção Relacionada com os Cuidados de Saúde;
- 2006-2010 — Docente convidada na Escola Nacional de Saúde Pública na formação no âmbito da prevenção e controlo de infeção e Segurança do Doente;
- 2006-2010 — Docente convidada na Escola Superior de Saúde de Setúbal no âmbito do Curso de Formação em Infeção Relacionada com os Cuidados de Saúde;
- 2006-2012 — Comunicações em cursos de formação, congressos, e outros eventos, no âmbito da segurança do doente.

Nota curricular

- António Manuel Delgado Vila Nova
- Estado civil: Casado
- Nacionalidade: Portuguesa
- Idade: 53 anos
- Licenciatura em Enfermagem, com Cédula Profissional na Ordem dos Enfermeiros n.º -E-08763.
- Curso de Estudos Superiores Especializados em Enfermagem de Saúde Comunitária.
- Atividade profissional como enfermeiro desde 5 de janeiro de 1987, nos quadros da ARS Algarve (Centro de Saúde de Silves).
- Nomeado em 17 de janeiro de 1989 pela Ministra da Saúde para o cargo de Vogal da Direção do Centro de Saúde de Silves, Cargo desempenhado até 26 de julho de 1991.
- Entre 1991 e 2017: Coordenação e orientação de ensinamentos clínicos de alunos de enfermagem;